

## Moraes avisa as big techs: “Brasil é terra que tem lei”

**PODER**

# Redes funcionarão sob as leis

Aviso de Moraes vem no dia seguinte ao bilionário Mark Zuckerberg insinuar que STF censura publicações nas plataformas

» LUANA PATRIOLINO

Depois de Mark Zuckerberg, dono da Meta — que controla o Instagram e o Facebook, além do aplicativo e mensagens WhatsApp —, ter insinuado que o Supremo Tribunal Federal censura publicações nas redes sociais, ontem foi a vez de o STF deixar claro que as plataformas só funcionarão no país se “respeitarem a legislação brasileira”. O recado foi dado pelo ministro Alexandre de Moraes, que está à frente do inquérito das fake news, que tramita na Corte.

“Nossa Justiça Eleitoral e o nosso STF já demonstraram que aqui é uma terra que tem lei. As redes sociais não são terra sem lei. No Brasil, (as redes sociais) só continuarão a operar se respeitarem a legislação brasileira, independentemente de bravatas de dirigentes irresponsáveis das big techs”, avisou Moraes.

O ministro também criticou os dirigentes das plataformas, afirmando que “por terem dinheiro acham que podem mandar no mundo”. “Pelo resto do mundo não podemos falar, mas, pelo Brasil, tenho absoluta certeza e convicção de que o STF não vai permitir que as big techs, as redes sociais, continuem sendo instrumentalizadas, dolosa ou culposamente. Ou ainda, somente visando o lucro, para ampliar discursos de ódio, nazismo, fascismo, misoginia, homofobia e discursos antidemocráticos”, salientou.

A advertência de Moraes foi em uma roda de conversa, promovida pelo STF, para lembrar os dois anos dos ataques golpistas de 2023 — que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes. Na avaliação do ministro, esse e outros gestos de

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministro advertiu que o Supremo não permitirá que as redes sejam instrumentalizadas por grupos extremistas interessados em disseminar o ódio

cunho golpista foram impulsionados pela falta de regulamentação das redes.

### Regulamentação

No mesmo evento, o ministro Gilmar Mendes defendeu a regulamentação das redes e afirmou que a criação de normas “não pode ser confundida com censura”. “Essa trajetória normativa jamais poderá ser

confundida com censura. Muito pelo contrário: representa não apenas uma evolução jurídica, mas constitui a pedra angular sobre a qual se erige uma esfera digital democrática e pluralista, capaz de harmonizar a liberdade de expressão com a responsabilidade social no ambiente virtual”, observou.

Zuckerberg anunciou, na terça-feira, que a ferramenta de checagem do grupo Meta será

substituída por “notas da comunidade”, livre a todos os usuários. Disse, ainda, que existem tribunais secretos em países latino-americanos para censurar conteúdo — uma insinuação sobre a atuação do STF, que, em 2024, sustentou e ganhou uma queda de braço com o bilionário Elon Musk, cuja plataforma X (antigo Twitter) descumpriu uma série de determinações judiciais. A rede só voltou a operar depois de cumprir

as normas impostas por Moraes e pagar uma multa milionária.

O Supremo recebeu, ontem, quatro obras de arte produzidas com material da destruição das instalações do prédio da Corte. Foram produzidos por Valério Pena-Costa, Carppio de Moraes, Marilu Cerqueira e Mário Jardim, todos do Distrito Federal. As peças foram entregues ao ministro Edson Fachin, presidente em exercício do tribunal.



**As redes sociais não são terra sem lei. No Brasil, (as redes sociais) só continuarão a operar se respeitarem a legislação brasileira, independentemente de bravatas de dirigentes irresponsáveis das big techs”**

**Ministro Alexandre de Moraes**

**Essa trajetória normativa jamais poderá ser confundida com censura. Constitui a pedra angular sobre a qual se erige uma esfera digital capaz de harmonizar liberdade de expressão com responsabilidade”**

**Ministro Gilmar Mendes**

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 5